



ADM

CONGRESSO INTERNACIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO

2023



**CIDADES
INTELIGENTES**
PERSPECTIVAS
E DESAFIOS

Congresso Internacional
de Administração
ADM 2023

**27 a 30
SETEMBRO**

UFG
Universidade Federal de Goiás
Departamento
de Administração

AS TRAJETÓRIAS DE LUTA DE FAMÍLIAS CAMPONESAS NO ASSENTAMENTO CASA VERDE DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA (MS)

THE STRUGGLE TRAJECTORIES OF PEASANT FAMILIES IN THE CASA VERDE SETTLEMENT IN THE MUNICIPALITY OF NOVA ANDRADINA (MS)

ÁREA TEMÁTICA: ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Fabiano Greter Moreira, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPNA), Brasil,
fabiano.greter@ufms.br

Resumo

A pesquisa busca apresentar as trajetórias de luta de famílias camponesas no Projeto de Assentamento (PA) Casa Verde, do município de Nova Andradina (MS). Além das trajetórias de luta pela permanência na terra pelos assentados, desde os acampamentos até o assentamento em seus lotes, buscamos amparar nossas discussões em torno das relações sociais nas distintas formas de lutas dos assentados. Utilizamos como metodologia de pesquisa, a história oral, com o objetivo de descrever a trajetória de luta dos assentados, mediante entrevista semiestruturada aplicada aos participantes da pesquisa e analisadas através das transcrições das entrevistas e análise de conteúdo, em especial as lutas vividas pelos assentados na conquista e permanência em seus lotes. Entre os resultados encontrados na pesquisa, destacamos as dificuldades de infraestrutura dos lotes, às migrações de acampamentos para a conquista de terra, lutas judiciais com os proprietários de terras, e a capacidade de produzir em meio à conflitualidades do mercado e a carência de organizações coletivas ativas no assentamento.

Palavras-chave: família; força de trabalho; resistência.

Abstract

The research aims to present the struggle trajectories of peasant families in the Settlement Project (PA) Casa Verde, in Nova Andradina (MS). In addition to the settlements' struggle to stay on land, from the camps to the settlement in their lots, we seek to support our discussions about social relations in the different forms of struggle of the settlers. We used oral history as a research methodology, with the objective of describing the settlers' trajectory of struggle, through semi-structured interviews applied to the research participants and analyzed through interview transcripts and content analysis, especially the struggles experienced by the settlers. achievement and permanence in your lots. Among the results found in the research, we highlight the difficulties of the infrastructure of the lots, the migration of camps for the conquest of land, judicial struggles with the landowners, and the ability to produce in the midst of market conflicts and the lack of collective organizations. active in the settlement.

Keywords: family; workforce; resistance.

1. INTRODUÇÃO

A palavra “luta”, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio, significa tapar com luto; travar luta; esforçar-se; empenhar-se; opor-se a; oferecer resistência a; trabalhar com

afinco; questionar e discutir. A “luta” é caráter central de nosso trabalho, expressa nas mais “diversas formas para se conquistar o pedaço de chão e para se permanecer nos lotes”, nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina (MS) Nos barracos de lona, às margens das rodovias, na ausência de água potável e energia elétrica nos lotes, na carência de infraestrutura básica para sobreviver e trabalhar, nas batalhas para produzir e vender suas mercadorias, em meio à exploração de mercados e intermediários, condições dignas para a sua reprodução familiar, enfim, tantas lutas travadas diariamente, que não os deixam desistir da esperança de dias melhores.

Fernandes (2000; 2008) afirma que, no Brasil, não existe reforma agrária, mas luta pela posse da terra. Por isso, as ocupações e manifestações de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, por meio dos movimentos socioterritoriais e organizações sindicais no país, buscam enfrentar e mobilizar os órgãos competentes para a realização de desapropriação de terras consideradas improdutivas ou devolutas para fins de reforma de agrária. Este espaço de discussão e questionamento conquistado pela luta tem por objetivo levantar as bandeiras da reivindicação pela terra de direito.

Fabrini (2003) nos revela a desigualdade de oportunidades no campo entre camponeses e capitalistas. Essas diferenças se iniciam nas próprias políticas de fomento do Estado, com valores superiores direcionados ao agronegócio e, por outro lado, além de investimentos e assistência reduzida e/ou inexistente aos camponeses, exige-se a produção de alimentos de boa qualidade e de valor agregado substancial para a alimentação da população. Além da circulação e produção de mercadorias, a ingerência do Estado para gerar o tal desenvolvimento econômico contribui ainda mais para os conflitos pela posse da terra no país, pois, distribuindo a grandes proprietários o direito a exploração de terras, formam abismos na questão agrária, que resultam nas lutas pela posse da terra pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra para que a reforma agrária seja realizada.

Oliveira (2001) trata a luta pela posse da terra em dois momentos fundamentais. O primeiro momento é a conquista do lote, do tão sonhado pedaço de chão, depois de ocupações e a vida em barracos de lona à margem de rodovias e, entre outros tipos de enfrentamentos, adentra no lote com o objetivo de recriar sua vida no campo. O segundo momento é a permanência no lote, que está permeada por relações sociais conflitantes no cenário dos assentamentos rurais e condições socioeconômicas peculiares de cada local, que espera políticas de assistência técnica rural presentes, renda suficiente para manter a família com o objetivo de se estabelecer no campo de maneira digna, após anos de espera pelo lote e continuar acreditando em sua força de trabalho e na produção de seu lote.

No Quadro 1, apresentamos um comparativo sobre as (re) configurações territoriais ocorridas após a criação do Projeto de Assentamento Casa Verde em relação a propriedade capitalista. Demonstramos sua área territorial e famílias assentadas, bem como o novo contexto territorial de produção, manifestado no município de Nova Andradina após a instalação do assentamento.

Propriedade/Projeto	Área (ha) / Lotes*	Nº de Funcionários / Famílias Assentadas*	Produção (principais atividades)
Fazenda Santa Virgínia	29.859,9889	existiam sete casas, mas, sem moradores	pecuária, grande parte da fazenda era mato**
Assentamento Casa Verde	471*	460*	leite, criação de gado, verduras, legumes, milho

Quadro 1: Assentamentos Casa Verde em Nova Andradina (MS), propriedade camponesa versus propriedade capitalista: dados comparativos.

*Informações obtidas a partir do Painel de Assentamentos do INCRA (2018).

**Segundo nossos participantes, no momento que chegaram à propriedade havia apenas as casas, uma sede, um curral e grande parte de mata fechada.

A territorialização criada por meio da luta dos assentados não beneficia apenas os trabalhadores, mas toda a comunidade do município de Nova Andradina. Na pesquisa, foi possível, por inúmeras vezes, nos deparar com veículos de entrega de empresas do município, sejam nos ramos de materiais de construção, refrigeração, laticínios, entre outros fornecedores, que prestam serviços aos assentados. Este movimento fixa as relações no município de origem, circulando produtos e serviços, dinamizando a própria economia local.

Para apresentar o número de manifestações de luta no campo no Estado de Mato Grosso do Sul, buscamos nos trabalhos de Nardoque (2018), apontado pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta, 2017), a quantidade de manifestações realizadas no Estado, conforme a Figura 1.

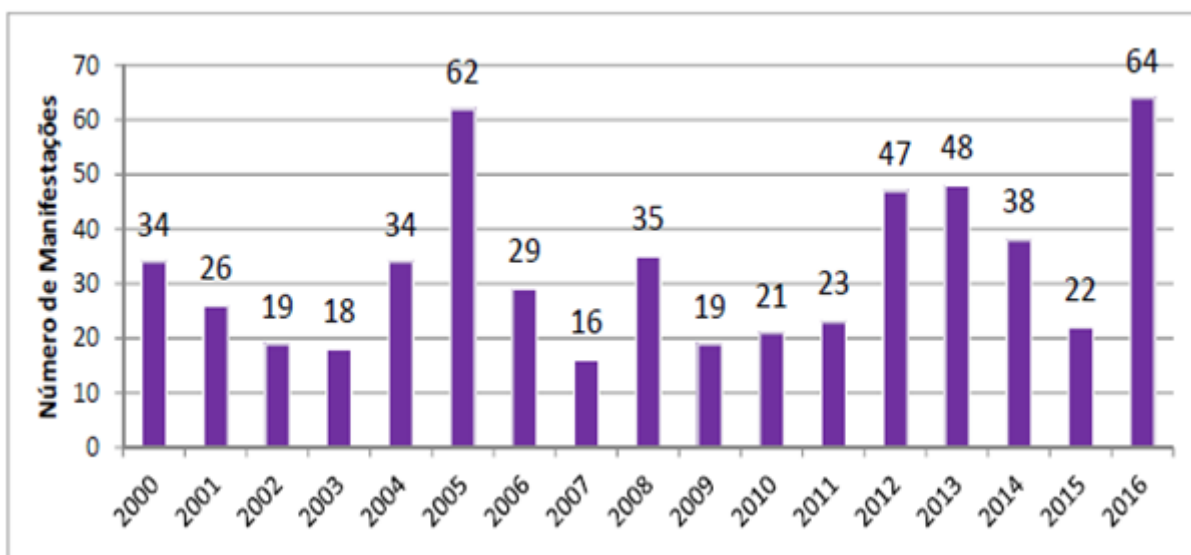


Figura 1: Manifestações de Luta no Campo no Estado de Mato Grosso do Sul – 2000 a 2016.

Contudo, o Relatório Dataluta Brasil de 2020 nos fornece outros dados importantes no período de 2000 a 2019 sobre as manifestações do campo, descrevendo o registro de manifestações ocorridas no Brasil, que passou de quatorze mil manifestações e, com mais de sete milhões de pessoas envolvidas nas mobilizações, segundo os coordenadores da pesquisa (Sobreiro Filho & Girardi, 2020). No Estado de Mato Grosso do Sul, ocorreram seiscentos e vinte e nove manifestações (4,3% do total) e chegou a atingir mais de cento e oitenta mil pessoas (2,4% do total), distribuídas à frente nas lutas e reivindicações de posse de terra no Estado.

A pesquisa teve como objetivo apresentar uma análise das trajetórias de luta pela posse e permanência na terra, de assentados(as) do Assentamento Casa Verde (CV). Analisou suas relações sociais, suas áreas territoriais na composição dos lotes, a localização geográfica do assentamento, os modos de organização do trabalho e da produção dos assentados e o papel do Estado na implementação de políticas públicas destinadas ao assentamento.

O artigo foi construído a partir do cenário das lutas pela terra e manifestações no campo. Inicialmente, foram apresentados os conceitos teóricos e metodológicos de análise da pesquisa. Depois, destacamos a contextualização do assentamento Casa Verde e as histórias de luta pela terra vivida pelos assentados, participantes da pesquisa. Finalizamos o trabalho com as considerações e reflexões da questão agrária do município de Nova Andradina (MS).

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa aborda as trajetórias de lutas dos assentados do Projeto de Assentamento Casa Verde, desde os acampamentos até o assentamento em seus lotes. Buscamos amparar nossas discussões em torno das relações sociais nas distintas formas de lutas dos assentados. O percurso metodológico adotado para a realização desse trabalho foi a pesquisa qualitativa, que para Triviños (1987), é entendida como “estudo de campo”, ressaltando que a escolha dos depoentes é de fundamental importância para a pesquisa. Destaca-se na metodologia a “história oral”, que segundo Alberti (2005), pode ser definida como metodologia de investigação, como fonte de pesquisa ou técnicas de produção e tratamento das entrevistas gravadas com nossos participantes.

Optou-se por entrevistas semiestruturadas no trabalho, seguindo percursos metodológicos descritos por Poupart (2008, p. 212) que trata a entrevista como de ordem ética e política, porque abrem “possibilidades de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas pelos atores sociais”, neste caso, assentados do PA Casa Verde do município de Nova Andradina (MS).

Não determinamos um número prévio de participantes de nossa pesquisa qualitativa. Seguimos a operacionalização do “ponto de saturação”, formulado por Daniel Bertaux, que para Alberti (2004, p. 37), ocorre quando uma “pesquisa oral começa a se tornar repetitiva, produzindo cada vez menos informação”, seja em seu conteúdo ou na forma pela qual se constrói a narrativa. Mesmo chegando a este ponto, é necessário que o pesquisador o ultrapasse para certificar-se da validade das entrevistas.

Realizamos entrevistas de longa duração com 05 (cinco) assentados(as) (quatro casais e uma mulher) no PA Casa Verde. O recorte temporal de nossa pesquisa foi realizado no período de outubro de 2017 a janeiro de 2018, restringindo nossas entrevistas apenas com os participantes que atendiam aos seguintes critérios: a) Primeiro (a) titular do lote (fator de suma importância, por nos proporcionar maiores informações sobre a trajetória de luta e permanência nos lotes); b) Responsável pelo lote (com o objetivo de compreender a dinâmica de luta nos lotes e suas relações sociais no assentamento); c) Residir no lote (somente os moradores fixos nos lotes permitirão maiores informações do assentamento e os conflitos socioterritoriais).

As entrevistas buscaram abarcar participantes que possuíam representatividade no tema pesquisado, com auxílio de uma lista de entrevistados em potencial e, também, seguindo as orientações de Alberti (2005), participantes nos quais tínhamos alguma facilidade de acesso, uma proximidade de contato pessoal, que, a partir desta relação estabelecida, permitiria novos contatos com outros participantes. No contato inicial, estabelecemos uma relação da entrevista com o participante, através do comportamento e da postura do entrevistador e entrevistado, tornando claros os objetivos da pesquisa e a relevância dos testemunhos para a construção do trabalho e, ainda, possibilitar possíveis adequações ao roteiro individual da entrevista.

As entrevistas foram gravadas com gravador de áudio e transcritas para posterior aprovação dos participantes, seguindo orientações de Meihy & Ribeiro (2011). O participante que não concordou com a sua identificação e a de seu lote, não foram reveladas suas identidades. As entrevistas foram realizadas no lote de cada participante e/ou em local definido pelo próprio assentado e tiveram duração de aproximadamente 1 hora, dependendo da disponibilidade dos

participantes. Para tanto, padronizamos a identificação de nossos participantes, da seguinte maneira: Assentamento Casa Verde (CV1, CV2, CV3, CV4, CV5). Os demais participantes da pesquisa foram identificados com apenas as letras iniciais de seus nomes.

O agendamento foi programado com antecedência com os participantes, por meio de contatos telefônicos, contatos pessoais com lideranças dos assentamentos e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina (STRAFNA) – os “intermediários”, de acordo com Meihy & Ribeiro (2011), para que não ocorressem divergências de horários ou não fosse localizado o entrevistado em seu lote. Sempre que possível, foram realizadas mais de uma entrevista, para que o deslocamento aos assentamentos fosse aproveitado de maneira mais otimizada, em virtude da distância em relação à sede urbana.

O roteiro elaborado para as entrevistas, denominados de “eixos disparadores”, foi utilizado para a obtenção de informações de categorias elencadas na pesquisa, como: a trajetória de luta pela posse e permanência na terra, as relações sociais e de poder, as organizações social e coletiva dos assentados, aspectos socioeconômicos dos assentados e dos assentamentos, bem como para dar suporte à construção dos demais instrumentos utilizados na análise documental nessa pesquisa.

A caracterização socioeconômica dos assentamentos rurais foi realizada por meio de pesquisa de campo, juntamente com os mapas fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de Campo Grande, órgão responsável pela jurisdição de Mapeamento dos Projetos de Assentamentos no município de Nova Andradina (MS) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Demais informações dos assentamentos rurais foram dirigidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina (STRAFNA), que nos forneceu cópias de documentos que proporcionaram para a nossa pesquisa um acervo nunca apresentado em leituras acadêmicas sobre os assentamentos do município, e, também a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER/MS), com elementos relevantes de orientação aos assentados, como na produção e organização nos lotes. Buscamos também, na Revista Dataluta, dados relevantes da luta pela terra nos assentamentos rurais do Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul.

2.1 Projeto de Assentamento Casa Verde: suas contextualizações e lutas pela terra vivida pelos assentados(as)

Sua criação foi realizada através da Portaria MIRAD¹ nº 393, de 22 de dezembro de 1987 com área territorial de 29.859,9889 ha. De acordo com o INCRA (2018), o Assentamento é formado por 471 (quatrocentos e setenta e um) lotes. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado (SEMEDI) possui um conselho deliberativo, denominado Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), que se reúne mensalmente para propor ações voltadas à promoção de cursos, informações sobre créditos agrícolas, época de plantio, seguro agrícola, entre outros assuntos (PMNA, 2017) e, ainda, a inserção das famílias ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O Assentamento Casa Verde está dividido em três grupos: Peroba, Angico e Ipê, que possuem a nomenclatura de Glebas². A área do assentamento pertencia a Fazenda Garota/Curitibanos

¹ Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária – MIRAD, extinto em 1989, para o então Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

² Pequena gleba rural é o imóvel rural com área igual ou inferior a: I - 100ha, se localizado em município compreendido na Amazônia Ocidental ou no Pantanal matogrossense e sul-mato-grossense; II - 50ha, se localizado em município compreendido no Polígono das Secas ou na Amazônia Oriental; III - 30ha, se localizado

(Incra, 2019). Foi desapropriada pelo Governo Federal para fins de reforma agrária. Os assentados que receberam os lotes no assentamento eram ligados a dois movimentos sociais na época: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica e vinculada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Os assentados que receberam lotes no assentamento são originários de várias regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, não somente do município de Nova Andradina, mas também dos seguintes municípios: Anaurilândia; Bataguassu; Batayporã; Deodópolis; Dourados; Fátima do Sul; Glória de Dourados; Itaquirai; Ivinhema; Maracaju; Mundo Novo; Naviraí; Paranhos; Sete Quedas; Tacuru; Taquarussu e Três Lagoas (Strafna, 2017).

Segundo o STRAFNA, foram destinados 35 lotes às famílias do município de Nova Andradina (MS), porém, as informações do número dos lotes e os nomes dos titulares não representam a atual realidade das propriedades. A última entrega de títulos de propriedade do Projeto de Assentamento Casa Verde foi realizada pela Superintendência Regional do INCRA do Estado de Mato Grosso do Sul, no dia vinte e nove de junho do ano de dois mil e treze, no Ginásio da Escola Municipal Luís Claudio Josué, no Distrito de Nova Casa Verde - Nova Andradina (MS).

A chegada dos acampados no Assentamento Casa Verde ocorreu de maneira diferente dos demais assentamentos do município. Quando as famílias foram comunicadas pela FETAGRI que a Fazenda Santa Virgínia seria viabilizada à reforma agrária, a mesma já se encontrava em negociação de desapropriação pelos atuais proprietários e a superintendência do INCRA, segundo o assentado CV1. Parte das famílias acampadas (80 famílias no total) vieram do acampamento Santo Inácio do município de Dois Irmãos do Buriti (MS), diretamente para a sede da Fazenda, onde aguardaram acampados em barracos de lonas até a divisão dos lotes. As demais famílias chegaram depois dos lotes já divididos pelo INCRA, sendo estas indicadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região de Nova Andradina e de demais assentados já mencionados acima.

Ao serem divididos e recortados os lotes, os mesmos transferiram os barracos para dentro da propriedade, nascendo uma nova luta para se estabelecer no campo. Como a Fazenda não “era limpa”, ou seja, era formada por cerrado, impossibilitando a criação de animais e plantações, a estratégia inicial foi construir fornos de barro para transformar a madeira do cerrado em carvão para a sobrevivência no lote, conforme Figura 2.



Figura 2: Primeira fonte de renda no Assentamento Casa Verde, fornos para a produção de carvão.

A produção de carvão no Assentamento Casa Verde foi uma das únicas fontes de renda dos assentados ao adentraram nos lotes, devido às áreas serem ainda cerrado, por meio das madeiras extraídas, os assentados com estruturas precárias de fornos e com a participação da família, encontraram no carvão a sobrevivência e a forma de abrir as terras para a produção de culturas e criação de animais em seu lote. Período marcado pela ausência de água e energia, somados a vida dura de morar nos barracos de lona, e lutar pelo lote tão esperado e, agora conquistado, que em sua maioria sofrido pelo descaso do poder público, na sua função de assistido pelo programa de reforma agrária do país (década de 90).

Conforme os lotes seguiam na limpeza do terreno, as primeiras culturas se iniciavam, estradas iam se abrindo, e novos rearranjos territoriais nas propriedades se estabeleciam dentro do assentamento. A Figura 3 apresenta as primeiras plantações realizadas nos lotes, o cultivo de abacaxi.



Figura 3: A primeira cultura cultivada no lote (abacaxi - Assentamento Casa Verde).

A luta pela conquista da terra faz os camponeses migrarem de região a região lutando pela posse do tão sonhado pedaço de chão.

Antes de chegar ao assentamento Casa Verde, éramos acampados em Eldorado, onde ficamos um ano e meio aguardando, depois fomos para o município de Dois Irmãos do Buriti, a espera durou mais um ano e meio, e por último chegamos ao assentamento Casa Verde, ficando mais dois anos a espera do lote. **No início não tinha água potável encanada**, o caminhão pipa da prefeitura de Nova Andradina coletava água na represa do assentamento, para abastecer o consumo das famílias, que antes era transportada em latas ou galões da represa aos lotes de cada assentado. Após anos de espera foi se construindo poços, mas depois de muitas dificuldades e morosidade institucional. Era distribuída uma cesta básica no período do acampamento, por meio do governo (não soube dizer a origem – estadual ou federal). Para se manter no acampamento trabalhava pra fora, **“eu trabalhei muito puxando lenha por aí”**, pra trazer sustento a família e permanecer no campo. No período do acampamento, eu saía pra fora trabalhar, porém depois que peguei o lote, não saí mais, se virava com a produção de carvão (assentado CV1, entrevista realizada dia 13/10/2017, Assentamento Casa Verde – grifo nosso).

Diante das dificuldades, os assentados levantaram suas casas de acordo com a condição financeira e luta de cada assentado. Mesmo sem água encanada e a ligação de energia elétrica, muitas casas foram erguidas através dos esforços das famílias assentadas. A Figura 4 mostra a primeira construção já melhorada no lote, após anos de luta no assentamento.



Figura 4: A primeira casa construída de madeira após o barraco de lona.

A luta pela posse da terra está permeada de estratégias que se lançam os assentados, visando à recriação dentro de seus próprios lotes para se permanecer no campo. Neste relato, observamos a estratégia de uma mulher, de assalariamento (faxina e lanchonete) para permanecer no lote:

Eu tirava leite antes de aposentar, mas acabei arrumado um trabalho externo, para fazer faxina. Em virtude da separação com o marido, seguido de muita dor, ou seja, “a separação destrói”, resolvi trabalhar em uma lanchonete às margens da rodovia

MS-134, onde cozinhou as refeições. Com este trabalho fora, vivi entre o lote e a lanchonete, acordava cedo para tirar leite (quatro horas da manhã), depois seguia para a lanchonete, voltava para apartar os bezeros, enfim, com tanto trabalho e sozinha, decidi para tirar leite. Trabalhei por mais três anos na lanchonete, com o objetivo de “fazer uma rendinha”, comprando bezerro e jogando no lote. Após a separação fiquei com apenas 20 hectare do lote, pois, o marido vendeu a outra parte, porém, **“fui recriando minha vida”** e, hoje quando preciso vende um gado e vou vivendo tranquila. A propriedade possui casa, curral para os animais, cercado de arame liso (eucalipto tratado) e caixa d’água para suprir as necessidades da família e do lote e, uma motocicleta, pois **“preciso para dar uma volta, não dá pra sair a pé ((risos))”**. (assentada CV3, entrevista realizada dia 13/10/2017, Assentamento Casa Verde – grifo nosso).

Por ser o assentamento mais antigo do município, o Casa Verde possui uma dinâmica territorial distinta da dos demais assentamentos do município. Estas distinções não dizem respeito apenas ao tamanho da área dos lotes, que são superiores aos demais assentamentos, mas a própria vivência de seus assentados em relação às condições da propriedade no momento do corte dos lotes, de infraestrutura, enfim, a luta diária para permanecer em um lote que representava a conquista pela posse da terra e de seu sustento. Esta vivência nos permite afirmar que, além de lugar de morada, de troca de experiências e da posse de seu pedaço de terra, já evidenciados em estudos de Woortmann (1990), formam um modo de vida, que somente é satisfeito quando se está nele, como o relato deste assentado:

Você acostuma tanto com o ambiente do seu lote, que quando eu saio de casa e vou pra cidade, chega de tarde já estou agoniado, querendo vir embora. **“Quero vir pro meu canto”**. Eu acho que a pessoa não pode desanimar em seu lote, **tem que ter coragem e perseverança, precisa ter coragem para trabalhar**, pois mesmo passando por fases difíceis, **“você vence”** (assentado CV4, entrevista realizada dia 16/10/2017 – grifo nosso).

O assentado CV4 e sua esposa, ao chegarem ao assentamento, aguardaram o sorteio de seu lote, em seu barraco de lona, junto com seu cachorro, galinhas, porcos e ferramentas e utensílios. No início em seu lote, como era tudo mato, precisaram buscar alternativas de renda para se manterem no lote. Por isso, começou a trabalhar como professor no assentamento (já possuía experiência em sua cidade de origem Sete Quedas (MS)), lecionando para os filhos dos assentados. Assim, relata que:

Na década de 90 existiam 12 professores dentro do assentamento, **que já contou com até 11 escolas no assentamento**. A primeira escola foi fruto da união dos pais dos alunos e professores, que desmancharam uma **“escola de madeira”** que ficava em uma fazenda próxima, doada pela prefeitura do município. A montagem também contou com a ajuda dos pais e a prefeitura, **sem o apoio do INCRA**. As demais escolas contaram com o apoio do Estado, após cinco anos de funcionamento da escolinha de madeira. Atualmente o assentamento possui apenas uma escola, que está localizada na Gleba Angico, funcionando apenas da pré-escola ao nono ano, onde o ensino médio está disponível no distrito de Nova Casa Verde ou na sede urbana de Nova Andradina. Fecharam as demais escolas, **devido à redução de alunos**. Várias são as condições que resultam esta redução dos alunos, mas, principalmente o **envelhecimento dos pais e, “a migração da grande maioria dos filhos para cidade”** (assentado CV4, entrevista realizada dia 16/10/2017 – grifo nosso).

Palavras de ordem, como perseverança, vontade de trabalhar, persistência e coragem, estão enraizadas na vida de nossos participantes. Segundo o assentado CV5, a luta em permanecer na terra segue passos distintos em cada lote. Já a ausência do INCRA é o reflexo de interesses de classe, que travam a reforma agrária brasileira. E, ainda:

Ao entrar no lote, **encontramos apenas uma área de mata**, por isso, iniciamos a produção de carvão em fornos, para gerar uma renda para permanecer no lote. A madeira boa era separada para fazer parte do cercamento da propriedade. Conforme tirávamos a madeira, plantávamos o pasto para o gado, conforme ia sobrando um dinheirinho comprava vaca. De imediato não recebemos nenhum tipo de financiamento ou fomento, permanecendo esta situação uns cinco anos. O primeiro financiamento que veio para todos os assentados saiu na década de 90 [do século XX], no valor aproximado de 45 mil cruzeiros. Com este valor comprei uma máquina de pulverizar de costa (está comigo até hoje), uma égua e uma vaca com um bezerrinho, totalizando o valor de 45 mil. Não recebemos nenhum fomento para habitação, e **ficamos por 10 anos sem energia** e o mesmo para a construção dos poços artesianos, mas não em virtude da falta de energia, mas por falta do comprometimento do INCRA em suas funções. E quando foi acertada a utilização dos poços (teve assentado que transportou água em carroças da represa ao lote), haviam problemas nas bombas devido ao tempo de falta de uso, fora o gosto de ferrugem na água. A reforma agrária no contexto inicial do assentamento existiu, porém, **faltou cumprimento das ações e sequência no atendimento as famílias assentadas**, chegando ao ponto, de simplesmente cortar a cesta de alimentos, a partir do momento que o assentado entrou no lote (assentado CV5, entrevista realizada dia 17/10/2017 – grifo nosso).

É unânime por nossos participantes a carência de atendimento pelo INCRA nos Projetos de Assentamentos do município de Nova Andradina. A luta e a resistência em permanecer nos lotes marcam o sofrimento destes assentados, mesmo em condições desfavoráveis ou simplesmente de completa anistia das políticas públicas, que criaram este modelo de reforma agrária brasileiro. Estas mesmas políticas de assentamentos, que foram implantadas em “virtude das lutas na década de 90”, segundo Oliveira (2009), atualmente se desprendem do seu real objetivo e tornam os assentamentos e seus assentados do município pesquisado, um ponto de interrogação no futuro destas pessoas e, sobretudo da reforma agrária. Mesmo assim, conhecemos um assentado que gostaria de acreditar que a reforma agrária funcionasse e que não houvesse tantas desistências pelos assentados:

Quando surgiu a possibilidade de criar o Assentamento Casa Verde, viemos visitar para conhecer a propriedade. Era uma fazenda, não tinha nada, apenas a sede era aberta (fica na Gleba Angico) e um retiro (Gleba Peroba), o restante da propriedade era apenas mato. Existiam 07 vagas de lotes para ser sorteado pelo INCRA (pessoal de Angélica), e nós estávamos em 52 participantes, porém, no momento que conhecemos a área dos lotes, **“desistiram 33 participantes”**, restando apenas 19 para ser sorteado pelo sindicato. **Com muita luta fomos devagarzinho abrindo o lote**, e um dos meus maiores propósitos era fazer as coisas funcionarem a todos os assentados, e que ninguém vendesse seu lote, acreditando que a Reforma Agrária daria certo. A Reforma Agrária deveria deixar o assentado, que trabalha e que luta realizar as atividades que possui aptidão, de acordo com sua função e conhecimento, dessa forma seria mais fácil, e teria menos desistência. A Reforma Agrária só funciona com as pessoas que é da agricultura, porque eles sabem como produzir e respeitam a sua produção, diferente dos empresários e comerciantes urbanos, que visam lucros e a maioria não residem na propriedade. Nova Andradina começou a entender a mudança em suas relações socioeconômicas após a implantação do assentamento Casa Verde, **reduzindo o preconceito com os assentados, compreendendo que os “recursos produzidos no assentamento são**

movimentados no próprio município”, contribuindo para o crescimento da cidade (assentado CV2, entrevista realizada dia 17/10/2017 – grifo nosso).

Desistir do tão sonhado pedaço de chão no momento em que conheceu a área que seria destinada à reforma agrária nos permite enaltecer ainda mais os nossos participantes que permaneceram em seus lotes, reforçando os estudos de Oliveira (2001), de que a luta pela posse de terra ocorre antes e o depois da conquista do lote. Porém, no caso acima, os participantes do sorteio simplesmente abandonaram a luta pela conquista da terra antes mesmo de ser contemplados. Mas isso não significa afirmar que esses participantes não permaneceriam em seus lotes após a conquista, no entanto, nos faz refletir como a política pública de reforma agrária proporciona estas condições, como forma de promover a distribuição de terras aos sem terras no Brasil. Como acreditar na reforma agrária nestes moldes, se ao iniciar o processo de seleção de seus assentados, já ocorre desistências, isso mostra que o atual projeto precisa ser corrigido, senão novos latifúndios serão criados diante das renúncias dos assentados, como já ocorre no Assentamento Casa Verde.

A Figura 5 apresenta a organização territorial do Projeto de Assentamento Casa Verde, adaptado de acordo com suas estruturas mapeadas pelo setor de cartografia do INCRA, que trata dos lotes pesquisados, a divisão das Glebas Angico, Peroba e Ipê, e os lotes que marcam a construção do distrito de Nova Casa Verde. Lembrando que o Assentamento Casa Verde foi ocupado e organizado em suas lutas pela FETAGRI e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

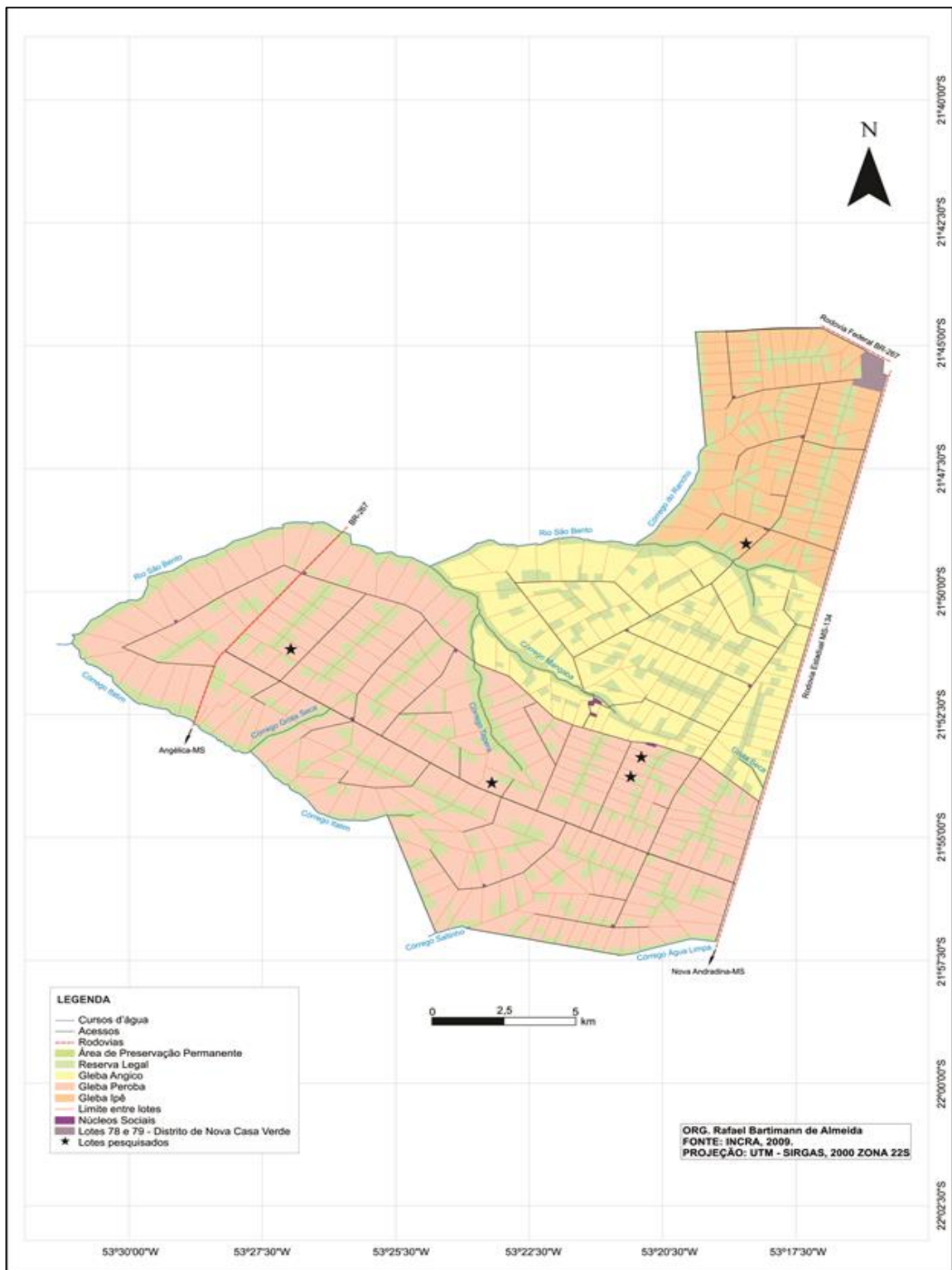


Figura 5: Organização Territorial do Projeto de Assentamento Casa Verde.

Os assentados do Assentamento Casa Verde encontraram apenas uma picada na entrega dos lotes, e a frase de encorajamento “se vira, o lote é seu”. Uma área fechada de mata, sem água potável, sem energia elétrica, sem infraestrutura, enfim, a partir daquele momento novas lutas foram desencadeadas na reprodução camponesa. O corte de madeira serviu como renda na produção de carvão e, com isso, foram abrindo áreas para o início de sua produção, sem esquecer os trabalhos realizados em diárias para sustentar a família, em alguns casos. Estas

condições vividas, após três décadas de criação, deram lugar a outras lutas, que são travadas diariamente pelos assentados na persistência em permanecer em seus lotes.

As lutas para permanecer na terra iniciaram quase em sua totalidade nos assentamentos do município pela “produção de carvão”, a única fonte de renda dos assentados ao entrarem nos lotes, mesmo porque tinham que limpar o lote que era cerrado (caso dos Assentamentos São João, Casa Verde e alguns lotes da Teijin, pois o Santa Olga já era invernada – aberta). E isso fez com que vários assentados abandonassem os lotes e fossem embora, conforme relato do assentado CV1 do Assentamento Casa Verde:

No início saiu um fomento do PRONAF (não mencionou o valor, mas era insuficiente para manter-se no lote), **somado com a produção do carvão**, pois, uma das alternativas era abrir o lote com a derrubada do mato, para formar as pastagens e os cultivos, e com a madeira se produzia o carvão, que na época quem mais ficava a frente da produção era a esposa e os filhos, pois eu mesmo saía para trabalhar fora.

É uma luta longa, eu sempre falei uma coisa, que eu queria poder ter um filme da luta que nós passamos às vezes uma coisa passou e você nem lembra assim na hora, mas se tivesse um filme pra você passar um filme o que nós passamos desse acampamento lá até hoje, muitos não iam acreditar. Porque nós somos do acampamento de Santo Inácio (município de Dois Irmãos do Buriti/MS), em torno **de 80 famílias**, que desses 80 acampados, **cerca de quinze ainda permanecem no assentamento, os demais não se encontram em seus lotes.**

Muito assentados desanimaram, venderam de graça, foram embora, já não têm mais nada, outros possuem uma casinha às vezes na cidade, outros foram trabalhar de empregado, enfim, **o assentado precisa ter garra e força de vontade para permanecer nos lotes de assentamento rural** (entrevista realizada no dia 09/10/2017 – grifo nosso).

Mesmo diante de dificuldades e desafios, se mantendo com quase nada, lutaram pela posse da terra e o desejo de serem donos do seu próprio sustento. Como sempre, a família é a fonte de garra e superação dos assentados, pois esta união supera as condições de sofrimento nos lotes pela reforma agrária brasileira. Isso fica evidente nas palavras do assentado CV4 (entrevista realizada dia 16/10/2017 no Assentamento Casa Verde), que diz: “tem que ter o barraquinho de lona até fazer a casa”, e a renda para se manter no lote é “a cara e a coragem”. Seguido de muitas batalhas, a conquista da casa de alvenaria, o ar condicionado, o carro na garagem, a mobília de qualidade, entre outros, são frutos de muita luta, de conquistas e persistência no lote, que mesmo assim, não foi possível que os filhos permanecessem, trilhando outros caminhos.

CONCLUSÃO

A pressão exercida aos camponeses, no que se refere à exploração e desenvolvimento do capitalismo no campo, revela uma configuração contraditória da formação dos assentamentos, que segue além da luta pela posse da terra. Fabrini (2003) relata que a resistência que os camponeses desenvolvem contra a ordem dessa exploração faz com que, em sua contradição, criem e recriem suas existências camponesas. Esta luta persiste diariamente dentro e fora dos lotes de assentamentos, bem como as estratégias de sobrevivência desses indivíduos pela permanência no campo.

Em nossa pesquisa, as histórias de vida e luta pela posse da terra seguem trilhando caminhos com cenários nos mais diversos entendimentos do viver no campo. Encontramos na figura de uma assentada a força que muitos casais e jovens não possuem nos lares dos assentamentos rurais do município. Mulher, que após anos de luta, morando em barraco de lona no acampamento e por cinco anos no lote, juntamente com duas filhas pequenas e o marido, viu

suas filhas, a mais velha e a do meio, irem embora para sua terra natal (Estado do Rio Grande do Sul).

Com as lágrimas contidas em seus olhos, demonstrou a falta que elas fazem, diante do que ela passou quando se separou do marido e, com a filha mais nova, que hoje mora no centro urbano de Nova Andradina, decidiu e persistiu continuar morando no lote. Mesmo sozinha, permanece em sua liberdade e zelo por sua casa, o cuidado com os animais, o plantio de mandioca, banana, laranja, condição ainda mais sofrida, pois o ex-marido, quando foi embora, vendeu metade do lote e não reparou a situação jurídica do título do lote, impedindo a assentada de requerer financiamentos junto aos recursos destinados para os assentados.

O Assentamento Casa Verde, segundo o assentado CV1 (Assentamento Casa Verde, entrevista realizada dia 09/10/2017), no momento da vinda do acampamento na sede da Fazenda Santa Virgínia, existia apenas sete casas na propriedade, onde não morava ninguém, supondo-se que havia ali um grupo familiar, de acordo com as moradias. A realidade desta propriedade era diferente, pois a mesma já estava desapropriada, quando os acampados se instalaram, porém, vale ressaltar que foram assentadas mais de 400 famílias em uma propriedade improdutiva e em áreas ainda nativas.

A pesquisa revela que a luta pela terra no Assentamento Casa Verde é diária, recriando e resistindo em seus lotes, muitos assentados(as) se emocionam com o fruto da força de seu trabalho. A política de reforma agrária no Assentamento se fez ausente, junto aos assentados(as) e aos seus lotes. Há necessidade urgente de reorganização por parte do Estado, na aplicabilidade de políticas públicas de reforma agrária no país. A pesquisa abre um abismo de contradições e reordenamento territorial de assentamentos no município de Nova Andradina (MS), convocando para um diálogo presente junto aos assentados(as), pois a continuidade dos Projetos de Assentamentos depende diretamente da participação ativa do poder público local, estadual e nacional para seu desenvolvimento.

As trajetórias de luta pela terra descritas no PA Casa Verde evidenciam histórias que se cruzam entre os assentamentos do município de Nova Andradina (MS) e do Brasil, desencadeando reflexões sobre o papel do Estado na efetividade das políticas de reforma agrária do país. A pesquisa apontou um recorte espacial de cinco assentados(as) do Assentamento, porém, o trabalho motiva pesquisadores, professores e demais instituições de pesquisa/ensino, a aprofundarem nas relações sociais e de luta pela terra no município.

REFERÊNCIAS

- Verena, A. (2004). *Manual de História Oral*. 1ª Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Alberti, V. (2005). *Manual de história oral*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora, FGV.
- Fabrini, J. E. (2003). *A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra*. Edunioeste.
- Fernandes, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes.
- FERNANDES, B. M. (2008). Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antônio Márcio Buainain (Editor). *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Dataluta, Sobreiro Filho, J., & Girardi, E. P. (2020). Relatório DATALUTA Brasil. n. 21. *Presidente Prudente: NERA*. <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/>> (22 de Novembro de 2020).
- Incrá, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2017). Painel dos Assentamentos. Superintendência Regional Mato Grosso do Sul – SR 16. *Todos os assentamentos*. <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> (02 Agosto de 2018)

- Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2019). *Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – DT*. Brasília/DF. file:///C:/Users/fabia/Downloads/Relatorio_2991197_ouvidoria_rel.pdf (15 de Dezembro de 2019).
- Meihy, J. C. S. B., & Ribeiro, S. L. S. (2011). *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto.
- Oliveira, A. U. D. (2001). A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos avançados*, 15, 185-206.
- Oliveira, A. U. D. (2009). *A política da reforma agrária no Brasil. Direitos humanos Brasil 2009 relatório da rede social de justiça e direitos humanos*
- Pmna, Prefeitura Municipal de Nova Andradina. *Desenvolvimento Integrado*. <http://www.pmna.ms.gov.br/desenvolvimento-integrado> (14 de julho de 2017).
- Poupart, J., Deslauriers, J. P., GROULX, L. H., Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, A. P. (2008). *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*, 2.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.